

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS (CNPMF)

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 14h12, realizou-se, por meio de reunião virtual na plataforma Microsoft Teams, a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas (CNPMF), instituído pelo Decreto nº 12.026/2024, sob coordenação do Ministério da Saúde, com apoio administrativo e de articulação da Secretaria-Executiva. Estavam presentes os representantes e participantes registrados na plataforma: Sr. Rafael Poloni (Ministério da Saúde – MS), Sr. Matheus Miranda de Ávila (Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA), Sra. Renata Ferreira dos Santos (Ministério da Cultura – MinC), Sra. Joseane Carvalho Costa (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA), Sra. Laila Simaan (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS), Sr. Daniel César Nunes Cardoso (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC), Sr. João Henrique Vogado Abrahão (Gestor Estadual de Saúde – CONASS), Sra. Rita de Cássia Lima (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR), Sra. Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA), Sra. Ana Cecília Bezerra Carvalho (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA), Sra. Sílvia Pereira da Silva Santos (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz), Sra. Ana Maria Soares Pereira (Farmácias Vivas), Sra. Maria de Lourdes Sousa Nascimento (Agricultura Familiar), Sra. Sarah Nascimento dos Reis (Ministério da Igualdade Racial – MIR), Sra. Tatiana Soares Peixoto (Povos e Comunidades Tradicionais), Sra. Mabel Francisca Fernandes de Almeida (Bioma Amazônia), Sra. Maria Eunice de Jesus (Bioma Caatinga), Sra. Lucely Moraes Pio (Bioma Cerrado), Sra. Juliana Antônia Ferreira Fernandes (Bioma Mata Atlântica), Sra. Ieda Maria Bortolotto (Bioma Pantanal), Sra. Isabela Allende de Silva e Lima (Setor de Inovações), Sra. Elgiane de Fátima Machado Lago (Conselho Nacional de Saúde – CNS), Sra. Vanderlan da Silva Bolzani (Setor de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico), Sr. Carlos Cardoso (Ministério da Educação – MEC), Sr. Marciano Toledo da Silva (Bioma Pampa) e Sra. Nerilene da Silva Nery (Gestor Municipal de Saúde – CONASEMS). Estavam como apoio da Secretaria-Executiva (SE) do Comitê: Sra. Ana Paula de Oliveira Barbosa, Sra. Ellen Tanus Rangel, Sra. Micaelle França, Sra. Priscila Gritten Sieben, Sr. Victor Carlos Doneida e Sra. Emiko Uehara. A condução dos trabalhos coube ao Sr. Victor (MS), que registrou a presença mínima necessária para quórum. O Sr. Rafael Poloni, coordenador em exercício do Comitê, realizou a abertura oficial informando a alteração recente na direção do Departamento de Assistência Farmacêutica, com a saída do Sr Marco Aurélio Pereira, ocasião em que consignou os agradecimentos ao ex-representante titular do MS, e coordenador do CNPMF, pelo apoio à instituição do CNPMF em 2024. Ato contínuo foi informado a nomeação de novos integrantes do comitê, mencionando Denise Bueno (Casa Civil) como suplente, Matheus Miranda como suplente do MAPA e Raquel Lima representante pelo MDA com titular. Foi informado a manutenção do orçamento no valor de referência de R\$ 45 milhões para ações de plantas medicinais e fitoterápicas no Ministério da Saúde no exercício de 2026, destacando-se a relevância da previsibilidade orçamentária. Na

46 sequência, foram apresentados informes institucionais e técnicos do MS, destacando-
47 se: a modelagem de Centros de Referência em Plantas Medicinais e Fitoterápicos,
48 com previsão de três projetos-piloto nos estados do Amazonas, Pernambuco e Rio
49 Grande do Sul, em arranjo multinível; o Projeto ATIVA Farmácia Viva, em parceria
50 com a Fiocruz, voltado ao mapeamento de experiências e ao fortalecimento de
51 governança, qualidade e efetividade das Farmácias Vivas; e o novo marco regulatório
52 sanitário da ANVISA, com publicação da RDC nº 1.004 de 2025 e atos
53 complementares aplicáveis a medicamentos fitoterápicos e medicamentos
54 tradicionais fitoterápicos, registrando-se cumprimentos institucionais. Foram
55 mencionadas, ainda, informações sobre monografias técnico-científicas em consulta
56 pública e ações formativas de atualização em fitoterapia. Por se tratar de reunião
57 extraordinária, registrou-se que não haveria alteração da pauta. A pauta foi submetida
58 à apreciação e aprovada pelo Plenário, com registro de abstenções de participantes
59 que não estiveram presentes na reunião anterior. Na apreciação da ata da 1ª Reunião
60 Ordinária, foram registradas solicitações de ajustes e complementações, incluindo:
61 pedido do MDA para registro de observações sobre forma, metodologia, condução do
62 processo e alinhamento metodológico com a Política Nacional de Plantas Medicinais
63 e Fitoterápicos e diretrizes do Programa; solicitação da ANVISA de ajustes em fala,
64 com cautela terminológica ao tratar de “produto tradicional” e esclarecimento sobre
65 incorporação de sugestões; propostas do MMA para correções de redação e precisão
66 conceitual sobre conhecimento tradicional associado e marco de acesso e repartição
67 de benefícios, pactuando-se o uso da expressão “repartição de benefícios” e ajustes
68 terminológicos; ajuste de fala do Bioma Pampa sobre conhecimento tradicional;
69 inclusão de “sociobioeconomia” pelo Bioma Pantanal; substituição de “central de
70 apoio” por “central de beneficiamento de plantas medicinais” pela representação das
71 Farmácias Vivas e ajuste de fala sobre o fitoterápico Acheflan, citado como exemplo
72 de situação a não ser reproduzida por ausência de repartição de benefícios pelo
73 Bioma Mata Atlântica. Ao final, a ata anterior foi aprovada com as correções
74 acordadas, registrando-se abstenções do representante do MEC, Bioma Amazônia,
75 Casa Civil e do MinC, por não terem participado da reunião anterior. Em seguida, a
76 Secretaria-Executiva apresentou a minuta consolidada do Regimento Interno do
77 CNPMF, contextualizando versões encaminhadas ao colegiado (minuta enviada em
78 12/11/2025, discussão em 26/11/2025 e versão atualizada em 09/01/2026). Realizou-
79 se leitura orientada por linhas e artigos, com registro sistemático de propostas de
80 ajuste. Foram destacadas alterações estruturantes, a saber: ajuste da periodicidade
81 do Plano de Ação do Comitê de quatro para dois anos; substituição do termo
82 “deliberação” por “apreciação”, em alinhamento à natureza consultiva do colegiado; e
83 inclusão de cláusula de conduta voltada a respeito, ética e decoro. No debate,
84 registraram-se contribuições do MDA para aprimoramento metodológico e coerência
85 interna, com ênfase em encadeamento entre diretrizes, eixos, entregáveis e
86 monitoramento, bem como ajustes em dispositivos relacionados a pedidos de
87 informação e encaminhamentos institucionais. Esclareceu-se que o Regimento deve
88 refletir subsídio técnico e articulação, com encaminhamentos formais compatíveis com
89 as instâncias competentes. Também foram aprovados ajustes terminológicos e de
90 redação, incluindo substituição de “Plenária” por “Plenário” e inclusão da expressão

91 “ou propositivo” antes da submissão de proposições à apreciação do Comitê.
92 Registrou-se debate sobre dispositivo relativo à confidencialidade e sua
93 compatibilização com transparência. Houve posições favoráveis à retirada do inciso
94 para evitar sigilo excessivo (MMA e Bioma Mata Atlântica) e posições defendendo
95 redação equilibrada para preservar o debate técnico e a segurança institucional,
96 distinguindo documentos preparatórios de decisões finais (CONASS e Farmácias
97 Vivas). Pactuou-se que o texto observará o marco legal aplicável, incluindo a Lei de
98 Acesso à Informação, assegurando transparência dos resultados e restrição
99 proporcional e temporária a documentos preparatórios quando justificada, com
100 possibilidade de consulta/orientação jurídica. Quanto a conflito de interesses,
101 registrou-se consenso pela manutenção de previsão expressa de declaração e
102 gestão, com encaminhamento para elaboração, pela SE, de instrumento padrão para
103 aplicação prática. O “voto de qualidade” foi esclarecido como voto de desempate
104 exercido pela Coordenação quando houver igualdade, além do voto ordinário. Sobre
105 subgrupos, registrou-se entendimento de equilíbrio entre autonomia técnica e a
106 opinião do Plenário: subgrupos elaboram e propõem tecnicamente, e toda proposta
107 deve ser submetida à apreciação do Plenário. Pactuou-se manter mínimo de três
108 participantes, retirar limitação máxima numérica e prever substituição pontual.
109 Aprovou-se ajuste para explicitar que cada membro poderá indicar substituto
110 (preferencialmente titular/suplente do CNPMF, ou outra representação de sua
111 instituição), mediante comunicação prévia à SE e assinatura de termos de
112 confidencialidade e de conflito de interesses, assegurando transparência, integridade
113 e continuidade. Foram relatados desafios logísticos e financeiros para participação
114 efetiva de representantes de regiões remotas e, em especial, de povos e comunidades
115 tradicionais, apontando-se necessidade de linguagem acessível, ações de letramento
116 e apoio à participação em reuniões presenciais. Sugeriu-se que, quando viável,
117 custeio e logística possam ser compartilhados entre órgãos e instituições. Registrou-
118 se que o Regimento Interno não pode criar obrigação orçamentária nova, devendo a
119 viabilização de participação presencial ser avaliada caso a caso. Registrou-se, ainda,
120 proposta de aperfeiçoar a documentação das reuniões, mantendo-se ata detalhada
121 como memória institucional e prevendo, adicionalmente, resumo executivo de 1 a 2
122 páginas para divulgação dos principais encaminhamentos e decisões. Encerradas as
123 discussões, incorporaram-se as alterações finais pactuadas e procedeu-se à votação
124 nominal do item em pauta. O Regimento Interno foi aprovado pelo Plenário, com
125 registro de 20 votos favoráveis, a saber: MS; MAPA; MinC; MDA; MDS; MDIC;
126 CONASS; MMA; ANVISA; Fiocruz; Farmácias Vivas; Agricultura Familiar; Povos e
127 Comunidades Tradicionais; Bioma Amazônia; Bioma Caatinga; Bioma Cerrado; Bioma
128 Mata Atlântica; Bioma Pantanal; Setor de Inovações; e CNS. Nos informes gerais,
129 apresentou-se cronograma preliminar de reuniões ordinárias, com pausa programada
130 em torno do período eleitoral, informando-se que a definição final do calendário será
131 publicada e integrada ao plano de trabalho. O representante do CONASS ofereceu a
132 sede da instituição para sediar reuniões presenciais. A ANVISA informou que dia
133 28/01/2026, será debatida a resolução sobre produtos à base de cannabis, em reunião
134 pública da Diretoria. O MDIC solicitou registro de tema para discussão futura

135 relacionado à missão de saúde e agendas intersetoriais. Nada mais havendo a tratar,
136 a reunião foi encerrada às 18h19.

137 **ANEXO I – Lista de presença registrada na plataforma**
138 Sr. Rafael Poloni (Ministério da Saúde – MS), Sr. Matheus Miranda de Ávila (Ministério
139 da Agricultura e Pecuária – MAPA), Sra. Renata Ferreira dos Santos (Ministério da
140 Cultura – MinC), Sra. Joseane Carvalho Costa (Ministério do Desenvolvimento Agrário
141 e Agricultura Familiar – MDA), Sra. Laila Simaan (Ministério do Desenvolvimento e
142 Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS), Sr. Daniel César Nunes
143 Cardoso (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC), Sr.
144 João Henrique Vogado Abrahão (Gestor Estadual de Saúde – CONASS), Sra. Rita de
145 Cássia Lima (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR), Sra.
146 Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
147 – MMA), Sra. Ana Cecília Bezerra Carvalho (Agência Nacional de Vigilância Sanitária
148 – ANVISA), Sra. Sílvia Pereira da Silva Santos (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz),
149 Sra. Ana Maria Soares Pereira (Farmácias Vivas), Sra. Maria de Lourdes Sousa
150 Nascimento (Agricultura Familiar), Sra. Sarah Nascimento dos Reis (Ministério da
151 Igualdade Racial – MIR), Sra. Tatiana Soares Peixoto (Povos e Comunidades
152 Tradicionais), Sra. Mabel Francisca Fernandes de Almeida (Bioma Amazônia), Sra.
153 Maria Eunice de Jesus (Bioma Caatinga), Sra. Lucely Moraes Pio (Bioma Cerrado),
154 Sra. Juliana Antônia Ferreira Fernandes (Bioma Mata Atlântica), Sra. Ieda Maria
155 Bortolotto (Bioma Pantanal), Sra. Isabela Allende de Silva e Lima (Setor de
156 Inovações), Sra. Elgiane de Fátima Machado Lago (Conselho Nacional de Saúde –
157 CNS), Profa. Vanderlan da Silva Bolzani (Setor de pesquisa, desenvolvimento
158 científico e tecnológico), Sr. Carlos Cardoso (Ministério da Educação – MEC), Sr.
159 Marciano Toledo da Silva (Bioma Pampa) e Sra. Nerilene da Silva Nery (Gestor
160 Municipal de Saúde – CONASEMS).

161 **Apoio da Secretaria-Executiva**

162 Sra. Ana Paula de Oliveira Barbosa, Sra. Ellen Tanus Rangel, Sra. Micaelle França,
163 Sra. Priscila Gritten Sieben, Sr. Victor Carlos Doneida e Sra. Emiko Uehara.